

# UNIVERSIDADE = IGUALDADE, A EQUAÇÃO INSUBSTITUÍVEL



*Ciência e tecnologia não podem mais ser apenas uma questão de cientistas e tecnólogos. Ou a cidadania interfere ativamente nelas, fecundando-as com o conflito, o diverso, o plural, a autonomia, ou a cidadania será descartável, heterônoma e uma soma de clones.*

*A inversão somente poderá ser realizada se a universidade se ampliar em democratização e igualdade*

**Francisco de Oliveira**

Professor titular (aposentado) do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP e diretor do Centro de Estudos de Cidadania



**A** universidade tem sido, historicamente, um dos principais fatores no longo caminho da democratização e da igualdade, apesar de que, em alguns momentos e épocas, ela foi, também, a guardiã da censura, da inquisição e da repressão às liberdades. É através da equação democratização-igualdade que a universidade produz conhecimento: desafiando o *status quo*, exercendo a liberdade de duvidar, criando um ambiente em que a liberdade torna-se o princípio ativo da busca de conhecimento; embora este seja considerado, equivocadamente, o objetivo primeiro da universidade, para a maioria dos comentadores.

No longo percurso, conjuntamente percorrido em interação dialética entre a universidade, a liberdade e a democratização, a forma pública-estatal e laica da universidade ganhou lugar crescente, sendo, modernamente, quase uma redundância. O acesso mais ampliado, garantido por sua condição de não-paga, reforçou seu papel na formação da igualdade.

É fácil contestar uma afirmação desse tipo, recorrendo-se, como sempre, ao chamado “modelo” das universidades norte-americanas, que seriam pagas, não-estatais e em alguns casos confes-

sionais, e constituem-se nas maiores produtoras de conhecimento teórico-prático, com suas fantásticas aplicações tecnológicas imediatas. O escândalo recente envolvendo uma dessas universidades norte-americanas que proibia namoros inter-raciais, preferências sexuais livres e vetava o acesso a pessoas de cor, deveria ensinar muito aos arautos da privatização a respeito de universidades privadas, pagas e confessionais.

mente composto pelas “grandes sete”, mantêm-se num regime de autogestão, que não pode ser qualificado de “privado”.

Trabalham com orçamentos ancorados no tripé “grandes fundações-recursos próprios-programas e projetos estatais”, o que lhes permite manter um vasto programa de bolsas e levar adiante seus custosíssimos programas de investigação científica; essa complicada estrutura as está forçando, desde

há muito, a uma crescente publicização, sem que haja, entretanto, abertamente, interferência do Estado em suas administrações, mas a influência estatal se dá sobretudo na contratação e patrocínio de pesquisas básicas e sobretudo nas aplicadas.

Resta, ainda, um caminho a percorrer pela universidade norte-americana no sentido de ampliar a participação da sociedade, principalmente dos

que, aparentemente, nada têm com ela, no planejamento, direção e gestão de suas atividades. Isto está bastante longe, por certo. Mas mesmo a universidade confessional e privada racista, heterófila e elitista, pivô do recente escândalo, viu-se obrigada a recuar, frente a uma opinião pública afrontada por suas práticas.

O caso brasileiro não podia ser mais eloqüente. Provavelmente somos o país latinoamericano

***É através da equação democratização-igualdade que a universidade produz conhecimento: desafiando o status quo, exercendo a liberdade de duvidar, criando um ambiente em que a liberdade torna-se o princípio ativo da busca de conhecimento; embora este seja considerado, equivocadamente, o objetivo primeiro da universidade, para a maioria dos comentadores***



mais tardio em matéria de universidades, e a esse respeito não é indiferente o largo predomínio das posições da Igreja Católica sobre a questão educacional, ao lado, evidentemente, da concepção anacrônica das várias classes dominantes ao longo e ao largo da história brasileira, que consideravam a educação um ornamento apropriado para lustrar seus brasões de dominação escravocrata. Mesmo em outros países latinoamericanos nos quais — como em toda a colonização luso-hispânica — a influência da Igreja Católica foi dominante, registraram-se precoces criações de universidades: São Carlos da Guatemala, para citar um país pequeno da constelação latinoamericana, foi fundada no século XVI.

A universidade brasileira é uma criação tardia da terceira década de nosso século, embora algumas grandes escolas isoladas, como as famosas faculdades de Direito do Recife e de São Paulo, sejam da segunda metade do século XIX, e algumas de medicina e engenharia tenham vindo à luz no final do mesmo século. A universidade brasileira é uma criação do Estado, e desde logo foi pública, laica e gratuita. Seria difícil exagerar o papel verdadeiramente civilizatório da universidade numa sociedade tão carola, conservadora e

abissalmente desigual como a nossa, cujo Estado, como conformação dessa sociedade, formou-se, ao seu estilo, sempre “pelo alto”, recorrendo, sem descontinuidades, às fórmulas autoritárias.

Justamente quando o caminho percorrido até hoje tende a alargar-se, para transformar-se de uma estreita vereda, por onde passaram apenas poucos cidadãos das classes e grupos sociais dominados — no que permanece, ain-

pectro de ensino resume-se, na maioria dos casos, a “administração de empresas, turismo, relações e comércio internacional, hotelaria e processamento de dados”: vale dizer, colégios técnicos, se muito. Quanto ao espectro de pesquisas, uma palavra basta: nada. Enquanto os poderes públicos, em todos os níveis, negam-se a ampliar as vagas nas universidades públicas. Isto é, o processo de privatização já começou e vai bem adiantado.

Um comentário necessita ser feito, para evitar mal-entendidos. As universidades chamadas confessionais no Brasil situam-se no âmbito da Igreja Católica, predominantemente, e de algumas confissões protestantes, como a Luterana e a Metodista. Largos passos na transformação dessas universidades confessionais já foram dados, desde a audaz e histórica decisão de D. Paulo Eva-

risto Arns, quando transferiu para o *corpus* universitário — alunos, professores e funcionários — a escolha do reitor(a) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, inaugurando uma prática democrática antes mesmo das universidades públicas; como novo sinal dos tempos, a doutora Nair Kfoury foi o primeiro dirigente máximo da universidade brasileira a ser eleito pela sua comunidade.

A maioria das universidades

***A universidade brasileira é criação do Estado, e desde logo foi pública, laica e gratuita. Seria difícil exagerar o papel verdadeiramente civilizatório da universidade numa sociedade tão carola, conservadora e abissalmente desigual como a nossa, cujo Estado formou-se, ao seu estilo, sempre “pelo alto”***



da, uma universidade excludente — para uma ampla avenida democrática, fatora, em conjunto com a ação dos próprios dominados, da virtualidade da igualdade, chegam-nos as ideologias da privatização da universidade, não tão sutilmente apregoada numa fictícia “organização social” pública e não-estatal à la Bresser Pereira, e mais concretamente, nas centenas e provavelmente já no milhar de “universidades” privadas, cujo es-

confessionais vêm seguindo esse exemplo, mas ainda há uma tutela das várias confissões religiosas sobre elas e, sobretudo, dependem muito dos superiores eclesiásticos no poder. A PUC do Rio, por exemplo, mesmo que se notabilize pela excelência do ensino em algumas áreas — na área de economia, infelizmente, sua notabilidade se dá por ter formado os principais czares da economia brasileira nos últimos vinte anos — não teve, como sua co-irmã de São Paulo, um papel tão notável na democratização da universidade e da sociedade. Como a arquidiocese do Rio tradicionalmente é privativa da ala conservadora da Igreja Católica, a PUC do Rio resente-se ainda de uma tutela vigilantemente conservadora e reacionária. As associações de docentes, de funcionários e de alunos têm lutado vigorosamente pela democratização, com conquistas notáveis, mas resta ainda muito por fazer.

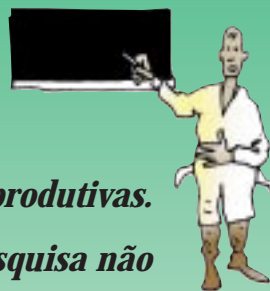
O parágrafo anterior vem a propósito de discutir o papel das melhores universidades confessionais na pesquisa acadêmica; este é limitado praticamente à área das ciências humanas, o que não é pouco, onde conta muito a excelente qualidade dos docentes e pesquisadores das confessionais, que em nada se distinguem daqueles da universidade pública, e,

em alguns campos, podem ser até melhores; além disso, o intenso intercâmbio entre elas, propiciado pelos encontros nacionais e internacionais promovidos pelas associações científicas, criaram um universo de relações profícuo e exemplar. Mas, nas áreas das outras ciências, a contribuição das confessionais é modesta. Isto porque, e aqui vem a questão central, dependendo basicamente das anuidades pagas pelos alunos, as

dadãos a respeito da necessidade da incerteza. Mas o deus Mercúrio/Mercado há muito tempo deixou de ser o lugar da incerteza e da autonomia cidadã: a ciência e a tecnologia como atividades produtivas constituem-se numa desesperada tentativa de respostas acabadas.

Voltando ao tema da universidade pública, devido à longa digressão que se fez necessária para não confundir as universidades confessionais com o saco de gatos dos interesses privados espúrios, há duas razões básicas pelas quais a universidade pública se reafirma como fatora da igualdade, caucionada pela vontade cidadã. A universidade é, hoje, talvez mais do que no passado, um lugar por excelência do conflito social, do conflito de classes no sentido preciso de crivo insubstituível por onde passa a estruturação da sociedade. No passado, quando Marx

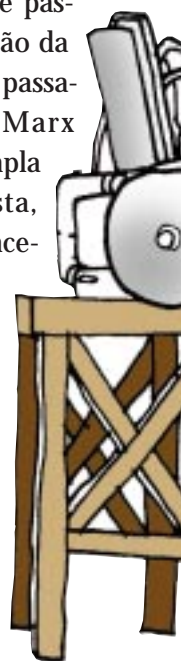
***Hoje, ciência e tecnologia não são fatores “auxiliares”: são as próprias forças produtivas. Os laboratórios de pesquisa não são apenas decifradores de enigmas e solucionadores de problemas de que a produção capitalista necessita desesperadamente: eles são as novas fábricas, são o enigma e o problema***



confessionais não podem lançar-se a um terreno de pesquisa custoso, incerto, de longo prazo, incompatível com a suposta certeza do deus Mercúrio, mas irascível, vingativo, volúvel, displicente, indiferente, conjuntural, o contrário do Deus eterno que inspira os religiosos de todas as crenças.

Se a ciência é a aventura da incerteza e da dúvida, a única base de certeza da qual ela parte para essa aventura é o consenso dos ci-

formulou a teoria mais ampla sobre o sistema capitalista, ciência e técnica eram concebidas apenas como fatores auxiliares da acumulação de capital, portanto, da exploração da ampla classe proletária — não apenas no sentido fabril estrito. Hoje, como uma tendência que se reafirma desde a máquina a vapor e o tear mecânico, ciência e



tecnologia não são apenas fatores “auxiliares”: elas são as próprias forças produtivas.

Os laboratórios de pesquisa não são apenas decifradores de enigmas e solucionadores de problemas de que a produção capitalista necessita desesperadamente: eles são as novas fábricas, eles são o enigma e eles são o problema. Eles moldam o futuro, como diz a propaganda de um grande grupo alemão de ciência e tecnologia pesada. Toda as relações de produção, a sociabilidade, a cultura, a ética, estão e estarão profundamente afetadas pelo novo lugar da ciência e tecnologia no sistema. Tanto do lado das chamadas reestruturações produtivas, que estão deslocando a centralidade do trabalhador — já que a centralidade do trabalho não pode ser deslocada — da política, privatizando-os como se voltassem ao simples estatuto

de mercadoria, quanto na decodificação do genoma humano, quanto na invasão microsoftiana de qualquer privacidade, o novo lugar da ciência e tecnologia não pode, parafraseando-se Clemenceau, ser apenas questão de cientistas e tecnólogos. Ou a cidadania interfere ativamente nela, fecundando-a com o conflito, com o diverso, com o plural, com a contradição, com a autonomia, ou a cidadania será

descartável, descartada, heterônoma e uma soma de clones.

Essa inversão somente poderá ser realizada se a universidade se ampliar em democratização e igualdade. Isto depende basicamente de um ensino que propicie ao cidadão o domínio da linguagem científica e tecnológica, e mais que isso, não apenas como um instrumental a partir do qual ele está dotado de capacidade receptiva passiva, mas a partir do

***Tanto do lado das chamadas reestruturações produtivas, quanto na decodificação do genoma humano, o novo lugar da ciência e tecnologia não pode, parafraseando-se Clemenceau, ser apenas questão de cientistas e tecnólogos. Ou a cidadania interfere ativamente nela, ou será descartável, descartada, heterônoma e uma soma de clones***



artista, engenheiro, enfermeiro, trabalhador manual e intelectual ao mesmo tempo, já existe. De seu computador pessoal, muitos hoje desenham, pintam, contemplam a Mona Lisa, imprimem, conversam, escrevem, pesquisam juntos e um grupo muito reduzido... especula de Tóquio a Londres, de São Paulo a Nova York.

Somente a universidade pública será capaz de enfrentar essa promessa. Como o grande economista Keynes formulou em sua teoria, a questão não é eliminar a incerteza, emblema maior da própria liberdade: a questão é aumentar radicalmente os fatores da incerteza. A racionalidade que substituiu o “salto mortal da mercadoria” por uma probabilidade de resultados não está no terreno da lógica, mas da política: apenas a riqueza pública cauciona a incerteza que está no centro da dúvida moderna, e a

transforma numa igualdade de oportunidades. Sem a democratização de todas as linguagens, não pode haver uma política da igualdade. O Admirável Mundo Novo está às portas: apenas escutaremos sua batida às nossas portas, como no famoso movimento da Quinta Sinfonia de Beethoven, ou seremos capazes de virá-lo pelo avesso num Novo Mundo Admirável? Isto tem um nome no léxico clássico: socialismo. RA